6 — São requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso os referidos, respectivamente:

- a) No artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) Na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

7 — A admissão ao concurso deverá ser requerida ao director-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Campo Grande, 50, 1749-014 Lisboa.

O requerimento será entregue pessoalmente na Secção de Pessoal ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para o referido endereço, desde que expedido até ao termo do prazo fixado no presente aviso de abertura de concurso.

7.1 — Do requerimento de admissão deverão constar, obrigatoriamente, a identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento e número, local e data de emissão do bilhete de identidade), a residência, o código postal e telefone, bem como a indicação do lugar a que se candidata.

7.2 — O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo das habilitações académicas de base;
- b) Documentos comprovativos das habilitações e qualificações profissionais, passados pelas entidades promotoras, bem como de acções de formação frequentadas pelos candidatos, donde conste a respectiva duração;
- c) Declaração, passada pelo serviço a que o candidato pertence, da qual conste a existência e a natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e a antiguidade nessa categoria, na carreira e na função pública, contada em anos, meses e dias;
- d) Fotocópias das fichas de notação relativas à classificação de serviço, reportada aos anos relevantes para efeitos de promoção, obtidas no número de anos exigidos como requisito especial de admissão a concurso e obrigatoriamente a obtida no último ano, com indicação da menção qualitativa e quantitativa;
- e) Declaração, passada pelo serviço ou serviços onde foram exercidas as funções durante os anos referidos na alínea d), que descreva as tarefas e responsabilidades cometidas aos candidatos;
- f) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, conforme determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- g) *Curriculum vitae*, datado e assinado, dele devendo constar quaisquer elementos que os candidatos entendam dever especificar, para melhor apreciação do seu mérito, acompanhado dos respectivos documentos comprovativos.

7.3 — É dispensada aos funcionários que pertençam ao quadro da DGOTDU a apresentação de documentação que o candidato alegue constar, e que conste, do seu processo individual.

7.4 — A não apresentação, juntamente com o requerimento, dos documentos exigidos, determina a exclusão do concurso, de acordo com o n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.5 — Os requerentes poderão fazer a instrução dos respectivos processos nos termos e com os limites previstos no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março.

8 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

8.1 — O júri poderá, se assim o entender, solicitar aos candidatos a apresentação de documentos ou informações complementares sobre os elementos integrantes do currículo.

9 — Métodos de selecção:

- a) Avaliação do currículo profissional;
- b) Discussão do currículo profissional.

10 — Os resultados obtidos na aplicação dos métodos de selecção são classificados na escala de 0 a 20 valores e resultarão da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos métodos de selecção.

11 — Os critérios de apreciação e o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta do júri, sendo a mesma facultada sempre que for solicitada nos termos legais.

12 — Publicitação das listas — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos conjugados no n.º 2 do artigo 33.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º bem como nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 38.º e nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — O júri do concurso terá a seguinte composição, sendo o presidente substituído pelo 1.º vogal efectivo, na sua falta e impedimento:

Presidente — Dr.ª Maria de Lourdes Rosa Poeira, directora de serviços.

Vogais efectivos:

Arquiteta Maria João Eloy Prata Cardoso Rodrigues, chefe de divisão.

Dr. Carlos Vieira de Faria, assessor principal.

Vogais suplentes:

Engenheiro Celestino Rogério Martins Brás, chefe de divisão.

Engenheiro João José Duarte Silva, assessor principal.

12 de Maio de 2000. — Pelo Director-Geral, *José Diniz Freire*.

Declaração n.º 162/2000 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 03.14.18.00/01-00.PP em 9 de Maio de 2000, uma alteração ao Plano de Pormenor da UOPG 7, Rua de Coimbra, no município de Tomar, aprovado pela deliberação da Assembleia Municipal de Tomar de 6 de Fevereiro de 1998, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 19 de Agosto de 1998.

A alteração consistiu na introdução do n.º 3 ao artigo 7.º do Regulamento, publicando-se em anexo a esta declaração, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a deliberação da Assembleia Municipal de Tomar de 8 de Fevereiro de 2000 que aprovou esta alteração e a alteração ao artigo 7.º do Regulamento.

16 de Maio de 2000. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *José Diniz Freire*.

ANEXO

«Artigo 7.º

- 1 —
- 2 —
- 3 — Poderá aceitar-se a junção de algumas parcelas do Plano de Pormenor desde que não se alterem os valores urbanísticos globais que resultam da conjugação dos parâmetros previstos para cada uma das parcelas iniciais.»

2.ª reunião da 1.ª sessão ordinária de 8 de Fevereiro de 2000

Minuta de deliberação

Entrando no n.º 6 da ordem dos trabalhos — discussão e votação da deliberação de Câmara tomada na reunião de 22 de Novembro de 1999 sobre a alteração ao Plano de Pormenor — UOPG 7 — ao abrigo dos artigos 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho, o presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra.

Não havendo inscrições, o presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com 28 votos a favor e 1 abstenção. Esta deliberação foi tomada em minuta.

8 de Fevereiro de 2000. — O Presidente da Assembleia Municipal, *Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas*. — A 1.ª Secretária, *Maria do Rosário Cardoso Simões*.

Declaração n.º 163/2000 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou, com o n.º 04.15.05.00/01-00.P.U., em 11 de Maio de 2000, o Plano de Urbanização de Tróia, no município de Grândola, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2000, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 107, de 9 de Maio de 2000.

16 de Maio de 2000. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *José Diniz Freire*.

Declaração n.º 164/2000 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, por despacho de 10 de Maio de 2000, a pedido da ECAN/MARN — Mercado Abastecedor da Região do Noroeste, S. A., com sede na Avenida da Liberdade, 1, cidade de Braga, declarou a utilidade pública da expropriação de seis prédios sítos em Trezeste, freguesia de Celeirós, município de Braga, pertencentes a Baltazar Ferreira Barbosa da Cruz, assinalados na planta anexa, os quais têm na matriz e no registo predial os números indicados no quadro inserto na mesma planta.